

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 20/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2018

(Contém 16 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 20/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2018**

Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, por se encontrar em gozo de férias.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 25 de setembro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta da Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**CONVITE:**

A Senhora Presidente deu conhecimento do convite recebido nesta Câmara Municipal, para a Procissão de Nossa Senhora do Rosário, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, que se realizará no próximo dia 14 de outubro, pelas 17h00.

A Câmara tomou conhecimento.

SANITÁRIOS EM ÁGUA DE PAU:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual o horário de funcionamento dos sanitários públicos, junto à Igreja, na Freguesia de Água de Pau.

A Senhora Presidente respondeu que aqueles sanitários públicos são da competência da Junta de Freguesia de Água de Pau.

A Câmara tomou conhecimento.

BAR NA ZONA DA CALOURA:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se na obra de intervenção dos novos sanitários e vestiários na Zona da Caloura, aqueles equipamentos ficarão com as medidas adequadas e com condições dignas, atendendo que o principal objetivo é o bem-estar da população.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou o projeto que está a ser executado e informou que cumpre com o mínimo das dimensões exigidas por Lei.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que com as obras que estão a ser executadas no Bar na Zona da Caloura, aquele espaço deixa de ser Bar e passa a ser Restaurante.



A Senhora Presidente respondeu que continua a ser Bar e Restaurante. Face às exigências que foram impostas, aquele espaço passa a ter as condições para poder funcionar como restaurante, mas continua sempre com o serviço de Bar.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou qual o valor da renda pela exploração daquele espaço, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos respondido que são 1.300,00 € mensais.

A Senhora Presidente informou que foi celebrado um contrato de arrendamento de um terreno para criação de lugares de estacionamento, naquela Zona da Caloura. A utilização daquele espaço para estacionamento foi uma boa medida, pois facilitou em muito o tráfego e o estacionamento naquele local, pelo que a Câmara Municipal vai prorrogar aquele contrato de arrendamento, com utilização contínua, durante os 12 meses do ano.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira recomendou que o Senhor Vereador Nelson Santos fizesse o melhor possível na obra dos sanitários e vestiários, na Zona da Caloura, por se tratar de uma zona turística e atrativa do Concelho de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento.

CINE TEATRO FERREIRA DA SILVA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se já foi agendada a visita ao Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau, com o elenco Camarário.

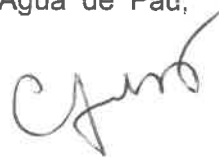
A Senhora Presidente informou que ainda não foi marcada a visita, porque a Senhora Vereadora Albertina Oliveira encontra-se de férias e também será necessário agendar uma reunião com a Associação de Jovens Lagoense. Assim que a Senhora Vereadora Albertina Oliveira regressar de férias, a visita será agendada.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que houve uma sessão da Assembleia de Freguesia de Água de Pau e este assunto foi novamente debatido.

A Senhora Presidente informou que ainda não teve conhecimento da deliberação tomada sobre o assunto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que os membros daquela Assembleia de Freguesia de Água de Pau querem uma situação valorizada, que dê mais dignidade ao espaço, e não pretendem um "armazém". É o único espaço que existe no Concelho com capacidade para realizar um evento com alguma dignidade, e citou como exemplo, a Gala de Ópera.

A Senhora Presidente informou que nunca foi intenção da Câmara Municipal fazer uma obra naquele espaço de forma "bana", mas sim de valorização do edifício Cine Teatro Ferreira da Silva. A grande questão está relacionada com o piso do auditório, se com declive ou não, esse foi o grande debate naquela sessão da Assembleia de Freguesia de Água de Pau,



conforme já explicou na reunião Camarária, do passado dia 10 de agosto. Há membros da Assembleia de Freguesia que querem o auditório com as mesmas condições que existiam no passado, com inclinação, com cadeiras fixas e com palco totalmente equipado para o teatro. A posição em que ficará o chão, se com inclinação ou plano, é que irá definir a execução daquela obra de recuperação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que o piso ter inclinação e com cadeiras fixas, no seu entender, é redutor, mas concorda que se crie uma Comissão de Acompanhamento, como sugeriu o Membro Vítor Sousa na última sessão ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa. Mais referiu que será importante perceber a sensibilidade das pessoas, que depois têm de assumir as suas responsabilidades.

A Senhora Presidente referiu que o caminho que querem tomar será um erro e ter que validar um erro vai-lhe custar muito, preferindo assumir politicamente não o fazer, sendo que quem vier depois de si que resolva a situação. Irá custar-lhe muito gastar milhares de euros num projeto que depois não será devidamente aproveitado. Em sua opinião, tem de ser um espaço que valorize a Vila de Água de Pau para o futuro. Essa posição que defendem, em seu entender, é pôr Água de Pau a andar para trás, custa-lhe olhar para um espaço e ver que irão regredir. Mais expôs que é verdade que irão dar algo que liga as pessoas afetivamente àquele espaço, há uma memória muito boa e positiva do que aconteceu no passado, mas os tempos mudaram e as necessidades de hoje são diferentes e não as mesmas do passado.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que considera ser importante a criação de uma Comissão de Acompanhamento para as obras de recuperação do edifício do Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau.

A Senhora Presidente respondeu que essa Comissão de Acompanhamento deve de ser composta por pessoas ligadas à área cultural, a nível Nacional, que possam dar o seu contributo no sentido de valorizar e potenciar aquele espaço.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que o Instituto Cultural Padre João José Tavares, como Agente Cultural do Concelho de Lagoa, poderia dar a sua opinião, nomeadamente, o que pensam daquele espaço para a realização de eventos culturais a 10 anos.

A Senhora Presidente referiu que quem está no exercício da gestão do Município e olha para o futuro em termos económicos, educacionais, como é que fica "desentendido" na área cultural, faz-lhe confusão. Se têm experiência do passado, do que não correu bem, não irão cometer os mesmos erros do passado. Aquele será um espaço para valorizar e potenciar as atividades da Comunidade. Para a realização de todas as atividades culturais que os Agentes Locais já fazem e para todas as outras atividades que não se faziam porque não existia espaço.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que nunca defendeu o piso inclinado ou não. Defendeu em primeiro lugar ir visitar o espaço e, em segundo lugar, ser possível mudar de ideias depois de visitar o espaço. Expôs que o formato de plateia assente num modelo de ferradura, semelhante ao Coliseu, talvez seria um formato mais objetivo.

O Senhor Vice-Presidente disse entender que criar uma Comissão de Acompanhamento pode representar um risco acrescido no atraso e definição da obra do Cine Teatro Ferreira da Silva, na medida em que a Comissão possa vir a ter um entendimento completamente diferente daquilo que é o da Câmara Municipal. Assim, é seu entender que a Câmara Municipal deverá se assessorar de pessoas conhecedoras na matéria e ou experiência nessa área, para que emitam um documento orientador da intervenção a fazer.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira fez votos que se arranje uma solução, de forma a não atrasar ainda mais a obra de intervenção no Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

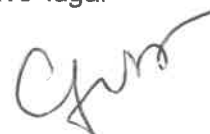
PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Atleta do Clube Náutico de Lagoa consagrou-se Campeão Regional de Jet-Ski;
- Complexo de Piscinas de Lagoa com vigilância durante todo o ano;
- Inaugurada Creche Bem-me-Quer na Vila de Água de Pau;
- Convento dos Franciscanos acolhe exposição de fotografia subaquática de Nelson Raposo;
- Escola Padre João José do Amaral com melhores condições para receber alunos;
- Ceia Franciscana proporcionou a todos os participantes uma viagem no tempo;
- Câmara Municipal de Lagoa aposta na proximidade da recolha dos resíduos sólidos urbanos no Concelho;
- Formação em arte bonecreira para perpetuar a tradição;
- Câmara Municipal de Lagoa assinalou dia Internacional do Idoso.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que no assunto “Escola Padre João José do Amaral com melhores condições para receber alunos” verificou que “...houve lugar



para o executivo da escola básica e Integrada de Lagoa distinguir os melhores, para o efeito realizando uma cerimónia de entrega de diplomas de mérito escolar a 17 alunos, como reconhecimento pelo esforço e trabalho promovido no ano letivo anterior.” e solicitou esclarecimentos sobre este assunto.

A Senhora Presidente explicou que aqueles alunos foram distinguidos pelo Executivo da Escola Básica e Integrada de Lagoa pelo mérito escolar. O Executivo daquela Escola selecionou os melhores alunos e irá remeter à Câmara Municipal a relação dos mesmos, a fim de ser preparada a proposta, para ser presente numa próxima reunião, de atribuição do prémio aos melhores alunos da Escola Básica e Integrada de Lagoa, no valor total de 1.000,00 €. Mais informou que a Escola Básica e Integrada de Lagoa recebeu um patrocínio de uma empresa privada, no valor de 700,00 €, pelo que os 17 alunos irão receber cada um a quantia de 100,00 €.

A Senhora Presidente anunciou que este seria o último ano em que a Câmara Municipal iria atribuir os prémios aos melhores alunos pelo mérito escolar, neste modelo. Para o próximo ano será de acordo com o modelo a implementar pelo Governo Regional dos Açores, que irá premiar, para além do mérito escolar, também quem se destacará em termos cívicos, em formação desportiva, entre outros. Será um incentivo mais inclusivo, colocando todos os alunos em circunstâncias de ganhar um prémio. Mais informou que o prémio não será monetário, mas uma viagem que traga enriquecimento e aumente os conhecimentos do aluno. Haverá uma parceria entre a Câmara Municipal e o Governo Regional dos Açores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que esta situação de alargar o horizonte de premiar os alunos, já tinha sido abordada o ano passado. Reforçou que entende que o mérito escolar deve ser sempre o mais importante.

Sobre o assunto “Câmara Municipal de Lagoa aposta na proximidade da recolha dos resíduos sólidos urbanos no Concelho”, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Câmara Municipal irá reduzir os contentores de 800 litros.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou o novo modelo que será adotado. Disse que a Câmara Municipal de Lagoa irá apostar, definitivamente, na proximidade do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos porta-a-porta no Concelho. Os contentores e ecopontos de grandes dimensões ficarão, sobretudo, afetos em regime de exclusividade aos estabelecimentos industriais e de restauração, bem como situações pontuais de habitação vertical ou nas vias de comunicação que, pela sua dimensão, impossibilitam a recolha porta-a-porta. Mais informou que estão a ultimar um relatório sobre este assunto para ser presente para conhecimento, numa próxima reunião.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sugeriu a distribuição de “Flyers” pela população a informar a retirada dos contentores.



A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – VOTO DE CONGRATULAÇÃO - GONÇALO RODRIGUES:

A Senhora Presidente apresentou o voto de congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues, subscrito pelo Senhor Vice-Presidente, que abaixo se transcreve:

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO GONÇALO RODRIGUES

Gonçalo Rodrigues tem 17 anos e é um jovem micaelense, atleta do Clube Náutico de Lagoa, na modalidade de Jet Ski.

Este promissor atleta venceu todas as provas do Campeonato Nacional 2018 de Jet Ski, sagrando-se Campeão Nacional de Ski GP3 Seniores e alcançando o título de Vice-campeão Nacional Ski GP1 2018, na última prova do Campeonato Nacional que se realizou em Peso da Régua, nos dias 29 e 30 de setembro.

Gonçalo Rodrigues é assim o atual Campeão Nacional de Jet Ski, título que alcançou pela sétima vez, sendo também o Vice-Campeão da Europa, da atualidade, título que alcançou no Grand Prix de Portugal, na categoria ski GP3 Seniores.

Para além disso é também Bicampeão europeu e Vice-campeão mundial da modalidade.

Este jovem piloto de Ski do Clube Náutico de Lagoa tem prestigiado, com as suas prestações desportivas, o nome do concelho da Lagoa, elevando o mesmo a um patamar europeu, ao defrontar adversários de alto gabarito, saindo vencedor de entre os melhores.

Gonçalo Rodrigues tem conquistado títulos dignificantes e resultados exemplares que demonstram o nível e a qualidade das suas prestações, bem como do Clube que representa, sendo um verdadeiro exemplo de persistência, dedicação e mérito desportivo, pela sua força e dedicação.

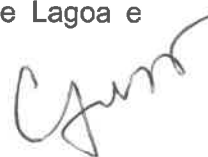
É um jovem atleta, detentor de um grande talento e espírito desportivo em provas altamente competitivas, apresentando um excelente desempenho técnico, acrescido da enorme responsabilidade de representar o nome do nosso país, da nossa região e do nosso concelho.

Face ao exposto e, considerando o seu elevado mérito desportivo, bem como os resultados e títulos alcançados, o Município tem o dever de reconhecer este atleta pelo seu contributo na valorização e divulgação do concelho da Lagoa, no âmbito regional, nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues;
- Dar conhecimento do presente voto ao próprio e ao Clube Náutico de Lagoa.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se o atleta Gonçalo Rodrigues é Lagoense.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que o atleta Gonçalo Rodrigues não é Lagoense e vive no Concelho de Ponta Delgada. É um atleta federado no Clube Náutico de Lagoa e



participa por aquele Clube, pelo que a Câmara Municipal deve de reconhecê-lo pelo seu contributo na valorização e divulgação do Concelho da Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o voto de congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues;

2.º Dar conhecimento do presente voto de congratulação ao próprio e ao Clube Náutico de Lagoa.

EDUCAÇÃO E CULTURA:

PONTO N.º 3 – PROJETO DE REGULAMENTO DO MUSEU DE LAGOA – AÇORES:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 13 de julho de 2018 e do período de apreciação pública, para recolha de observações e sugestões, do Projeto de Regulamento do Museu de Lagoa – Açores que foi publicado no Jornal Oficial, II Série, n.º 137, de 18 de julho de 2018 e no Diário da República, 2.ª Série, n.º 158, de 17 de agosto de 2018, no qual o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou um parecer à proposta do referido Regulamento, foi presente a Informação Jurídica que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que não houve grandes alterações. A Câmara Municipal corrigiu alguns detalhes, mas em sua opinião, merecia mais atenção as recomendações que apresentou, não obstante o trabalho prestado pelo Jurista da Câmara Municipal, que defendeu o documento inicial. Justificou que vota contra por entender que no documento não foram acauteladas as suas sugestões e a pertinência das mesmas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira, submeter o Projeto de Regulamento do Museu de Lagoa – Açores, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:



PONTO N.º 4 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS:

Foi presente o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais.

O presente regulamento estabelece as normas orientadoras da atribuição de apoio a clubes para o desenvolvimento de atividades desportivas de treino e competição de carácter regular, a atletas individuais e a atividades de desporto adaptado visando o desenvolvimento do processo de treino ou preparação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou à Senhora Presidente da Câmara qual é o objetivo central do Município, tendo a Senhora Presidente respondido que é promover o desenvolvimento integral a vários domínios, nomeadamente, na Educação, na Cultura, no Desporto, entre outros.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que no preâmbulo da minuta do contrato programa, anexa ao Projeto de Regulamento, está referido “Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa tem como objetivo central o desenvolvimento e a dinamização desportiva no concelho ...”, em sua opinião, aquela redação deveria ser corrigida.

A Senhora Presidente disse que será corrigida, passando a constar “Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa tem como um dos objetivos o desenvolvimento e a dinamização desportiva no concelho ...”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, este Regulamento deveria acautelar mais algum “bairrismo” porque está demasiado abrangente. Se houver intenção de apoiar uma equipa fora do Concelho e citou como exemplo, o Clube Desportivo Santa Clara, existe margem neste Projeto de Regulamento para atribuir esse apoio.

O Senhor Vice-Presidente informou que este Projeto de Regulamento limita o apoio a competições desportivas de natureza profissional. Expôs que face ao documento em apreço, poderá um Clube ou Associação com sede fora do Concelho, desenvolver uma atividade desportiva no Concelho de Lagoa e a Câmara Municipal apoiar essa atividade com base neste instrumento, depois de analisado o pedido e ser entendido a relevância para o Concelho. Limitar essa possibilidade neste Projeto de Regulamento seria, na sua ótica, muito redutor. Esta situação ao estar contemplada torna muito mais transparente a atribuição de apoios às Instituições Desportivas e aos atletas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que compreendeu a explicação dada pelo Senhor Vice-Presidente. Acrescentou que este Projeto de Regulamento Municipal é quase um Regulamento Regional. Em seu entender, os critérios das grelhas de avaliação deveriam ser revistos no sentido de serem mais valorizados, por se tratar de critérios referentes à atividade desportiva no Concelho.



O Senhor Vice-Presidente expôs que neste Projeto de Regulamento há três critérios a destacar, designadamente, sede no Concelho de Lagoa, números de praticantes e número de modalidades. Esta é a grande linha que o Desporto no Concelho de Lagoa quer seguir. Alargamento de modalidades, de praticantes e privilegiar aqueles que têm sede no Concelho de Lagoa. São três fatores de discriminação positiva neste Projeto de Regulamento. Acrescentou que não existem documentos perfeitos, devem de ser implementados e melhorados ao longo do tempo. Em sua opinião, este Projeto de Regulamento clarifica o tipo de apoio que é atribuído, em financeiro ou logístico, e passa a haver uma maior transparência, porque o apoio logístico passará a ser devidamente registado.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que louva a iniciativa, mas, em sua opinião, o documento é ambicioso, mas confuso. Vê que nesta primeira fase de implantação do Regulamento, o mesmo não esteja de acordo com a realidade Desportiva na Lagoa. Acrescentou que não se podem esquecer que os dois grandes Clubes do Concelho de Lagoa, Clube Operário Desportivo e o Santiago Futebol Clube, são as “catequeses” do desporto na Lagoa.

Mais referiu que estranhou não haver nenhuma palavra sobre o desporto escolar no Concelho. Expôs, ser contraditório o artigo 4.º mencionar “... as entidades que, tendo sede ou não no Concelho de Lagoa – Açores...” enquanto o artigo 11.º apenas faz referência “...Sede no Concelho de Lagoa ...”.

Disse, ainda, que o número 3 do artigo 2.º refere “...a Câmara Municipal, anualmente, aprovará um documento interno com os critérios de apoio associativismo desportivo, caso seja necessário” e solicitou esclarecimento sobre o documento interno.

Por último, referiu que a alínea a) do artigo 18.º refere “1. Após celebração do contrato-programa, as entidades apoiadas devem: a) Ostentar nos equipamentos dos seus atletas o logótipo ou o nome da Câmara Municipal de Lagoa ...” em seu entender não deveria ser “o nome da Câmara Municipal de Lagoa”, mas “o nome do Município de Lagoa”. Após troca de impressões entre todos os membros foi acordado alterar aquela redação, passando a constar “o nome do Município de Lagoa”.

O Senhor Vice-Presidente explicou que de acordo com o Artigo 4.º podem beneficiar dos apoios previstos no presente regulamento, devidamente autorizados pela Câmara Municipal de Lagoa, as entidades que, tendo sede ou não no Concelho de Lagoa - Açores, se enquadrem numa das categorias descritas naquele artigo. O artigo 11.º faz referência aos critérios de apreciação e seleção das candidaturas.

Relativamente ao documento interno, o Senhor Vice-Presidente informou que poderá ser necessário aprovar anualmente esse documento, de forma a clarificar algum apoio ao associativismo desportivo.



Após troca de impressões entre todos os membros foi acordado alterar a pontuação dos critérios, conforme proposta apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, passando os mesmos a ter a seguinte pontuação:

- Sede no Concelho de Lagoa do promotor: 30 pontos
- Local de implementação: 30 pontos
- População Alvo: 20 pontos
- Sede no Concelho de Lagoa: 30 pontos
- Número de modalidades: 20 pontos
- Escalões etários de formação: 30 pontos.

Na sequência da alteração da pontuação dos critérios, o n.º 7 do Artigo 11.º Critérios de Avaliação e Seleção das Candidaturas passou a ter a seguinte redação:

“Em regra, salvo casos devidamente justificados e atenta às regras orçamentais e de disponibilidade de orçamento, só deverão ser aprovados os projetos e candidaturas que obtenham uma pontuação global igual ou superior a 70 pontos.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado propôs contemplar a situação relativa ao apoio de transporte de atletas. “Podem ser concedidos apoios a atletas locais para a prática desportiva noutros Concelhos, desde que não existam equipamentos para essa prática desportiva no Concelho de Lagoa.”

O Senhor Vice-Presidente expôs que essa situação de apoio poderia ser melhor analisada e apresentada no período de apreciação pública, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referido que está disponível para trabalhar em conjunto sobre o assunto e apresentarem uma proposta conjunta, pois seria um sinal de maturidade política das duas forças partidárias.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu, ainda, que vota a favor desta deliberação, atendendo que a proposta que apresentou de alteração da pontuação dos critérios foi contemplada de forma a torná-la mais abrangente para o Concelho de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, e a abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Concordar com o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais;

2.º Submeter à apreciação pública o Projeto do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.



PONTO N.º 5 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À REABILITAÇÃO DOS CENTROS URBANOS NO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente o Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação dos Centros Urbanos no Concelho de Lagoa - Açores.

O presente regulamento define o regime de apoio municipal à reabilitação dos prédios urbanos, integrados em área de reabilitação urbana (ARU), nos Centros Urbanos no Concelho de Lagoa - Açores. Permite criar mecanismos de incentivo para a reabilitação do património edificado de modo a reutilizá-lo, abrangendo novas funções e colocando-o à disposição da população, promovendo o desenvolvimento do Concelho e contribuindo para potenciar a imagem urbana e melhorar as condições de vida dos seus habitantes.

Para melhor análise, o Senhor Vice-Presidente entregou uma planta, em formato A3, da área de reabilitação urbana (ARU), nos Centros Urbanos no Concelho de Lagoa – Açores.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que este Projeto de Regulamento foi elaborado com base numa Lei que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, mas não contemplou todas as freguesias do Concelho, tendo a Senhora Presidente respondido que não foram contempladas as Freguesias do Cabouco, da Ribeira Chã e o Lugar dos Remédios.

Pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado foram colocadas algumas questões relativamente aos limites da área de reabilitação urbana (ARU), nos Centros Urbanos do lugar da Atalhada e das Freguesias de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Cruz. Após troca de impressões entre todos os membros foi acordado, corrigir alguns pontos dessa planta, de forma a torná-la mais acessível.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que o ponto 5 do Artigo 4.º Regime excecional de tributação refere que: “A taxa do imposto municipal sobre imóveis degradados, considerando-se como tais os que, nos termos da lei geral, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, é majorada com 30 % de agravamento”, quando a Câmara Municipal, anualmente, aprova uma proposta sobre a classificação e avaliação de prédios em ruínas para efeitos de imposto Municipal sobre Imóveis – IMI e questionou se não haverá duplicação de agravamento do imposto.

A Senhora Presidente após confirmar junto do Gabinete Jurídico que há duplicação, propôs retirar o ponto 5 do Artigo 4.º, o que foi aceite por todos os membros presentes, passando a redação do ponto 6 para o ponto 5.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado propôs introduzir um novo ponto neste Projeto de Regulamento, justificando que nas áreas urbanas referenciadas existem graves problemas de circulação e de estacionamento e com a criação deste Regulamento, que favorece novas dinâmicas de construção, serão aumentadas a circulação e o estacionamento



naquelas zonas. Propôs que houvesse uma redução de taxas pela criação de lugares de estacionamento.

Após troca de impressões entre todos os membros foi acordado criar o novo ponto 6 do Artigo 4.º com o seguinte teor:

“6 – A operação urbanística de reabilitação que preveja a criação de lugares de estacionamento em número superior ao mínimo, legal e regularmente, estabelecidos como obrigatórios, nomeadamente previstos em diploma legal, regulamentar ou plano de ordenamento do território, beneficia da redução do valor global e final a pagar a título de taxas municipais devidas nos seguintes termos:

- Redução de 10%, até ao limite de 50%, por cada lugar de estacionamento criado em número superior ao mínimo, legal e regularmente estabelecido como obrigatório.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com o Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação dos Centros Urbanos no Concelho de Lagoa - Açores;

2.º Submeter à apreciação pública o Projeto do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 8 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 1.091.476,26 € (um milhão noventa e um mil quatrocentos e setenta e seis euros e vinte e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



PONTO N.º 7 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – VALONGO, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Luís Manuel Mota da Costa, casado, residente na Rua da Igualdade n.º 12, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, José Alexandre Morais Wallis de Carvalho, divorciado, residente na Rua do Cerco n.º 29 – Casa 5, freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa – Açores e José Manuel Neto de Vasconcelos Franco, casado, residente na Rua dos Mercadores n.º 90, freguesia de São Sebastião, Concelho de Ponta Delgada, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Valongo, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 920/19910515 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 21 Seção AD.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, em regime de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio rústico sito a VALONGO, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 920 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 21, secção AD da freguesia de Água de Pau.

À que referir do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, dos presentes, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

O Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

PONTO N.º 8 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE – RUA DA CALOURA, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:

Foi presente o requerimento apresentado por Frederico Medeiros Gamboa de Melo Cabral, residente na Rua Professor Machado Macedo n.º 47 – 4 N/F, freguesia de São Pedro, Concelho de Ponta Delgada, proprietário de um prédio rústico, sito na Rua da Caloura,



freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 3200,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Cima do Pico; Sul – Rua da Caloura; Nascente – Delfim Manuel Franco Pacheco e Poente – Manuel Francisco Pereira Simas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 2616/20180621 e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 160, Seção AA, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 1700,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Cima do Pico; Sul – Rua da Caloura; Nascente – Delfim Manuel Franco Pacheco e Poente – Frederico Medeiros Gamboa de Melo Cabral.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 87/2018-A.Pau, de 21 de setembro do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

O prédio em questão (artigo 160, Seção AA), encontra-se abrangido pelo Plano de Urbanização e Salvaguarda da Zona da Caloura localizado em perímetro urbano. A pretensão cumpre o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE “Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos.” e o n.º 6 do artigo 6.º do RJUE, na sua atual redação, pelo que, não vemos inconveniente na emissão da certidão de destaque requerida.”


Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:


De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 12:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO